

"O fenômeno da violência está íntima e diretamente ligado ao sistema que a gera, ao ponto deste não poder mais controlá-la".

Hélio Mariano

DR. JORGE DA COSTA PINTO NEVES
R APOLLO 81 4 ANDAR BANDEIRA
RIO BRANCO RECIFE

PORTE PAGO

Autorização
Nº 183
AGENCIA CENTRAL
ECT/DR/PE

ANO XIII — Nº 8 — ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — RECIFE — PERNAMBUCO — AGOSTO/84

TRIBUNAL DE ÉTICA TEM REGIMENTO

A primeira Seccional da OAB a aprovar um Regimento Interno do Tribunal de Ética Profissional foi a de Pernambuco. O Tribunal de Ética é composto pela professora Bernadete Pedrosa (presidente), Rodolfo Araújo, Paulo Cavalcanti, Gilvandro Coelho e Dario Pinheiro. (Veja o Regimento nas páginas 4 e 5)

A LUTA DE TODOS



Em saudação aos novos advogados e estagiários, o conselheiro Fernando Coelho fez uma convocação para uma luta dos advogados, da Ordem, de toda sociedade brasileira: "A luta de todos que acreditam no Direito como ordenação da Liberdade e que se sentem comprometidos com a construção de um mundo mais justo, mais fraterno e mais solidário".



Dentro das comemorações de fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil, a Seção da OAB em Pernambuco realizou de 6 a 10 deste mês a Semana do Advogado, com a participação dos conferencistas Joaquim Correia, Nilo Pereira, Seabra Fagundes e Sérgio Ferraz. Também estava prevista a presença do advogado Sobral Pinto, mas por motivos de ordem particular não foi possível a presença dele no Recife.

Na abertura da Semana do Advogado, o professor Joaquim Correia falou sobre a presença do advogado no decorrer dos séculos, acentuando que o advogado, conquanto sendo fundamentalmente o mesmo, sofreu modificações bastante acentuadas. "Do homem bom que sabia falar, passou-se à figura do advogado que não era orador. Ninguém imagina mais hoje em dia a possibilidade de um daqueles grandes tribunos como Rui Barbosa viesse ao pretório empolgar os juizes, empolgar os auditórios com a elegância da palavra".

SEMANA DO ADVOGADO

"As vicissitudes de hoje — continuou Joaquim Correia — a proletarização da advocacia, as dificuldades da máquina judiciária, tudo isso nos conduz até certo ponto à convicção oposta. Ser advogado não é o mais belo estado do mundo, como realização espiritual, como atuação material. A advocacia de hoje é uma das profissões mais sacrificadas. Mas nem por isso devemos dizer que não é uma atividade bela e para que assim a compreendamos, se faz mister estejamos para ela vocacionados".

O professor Nilo Pereira fez um histórico da fundação dos Cursos Jurídicos desde a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, quando o problema da Universidade pela primeira vez foi tratado de maneira sistemática. Examinou a repercussão do Curso Jurídico e a democratização de relações políticas entre

Olinda e Recife. Lembrou os grandes vultos da história que passaram pela Faculdade de Direito, em sua trajetória de Olinda para o Recife.

O jurista Seabra Fagundes, antes de fazer sua palestra na Semana do Advogado, na sede da OAB, foi homenageado com uma medalha, que recebeu das mãos do conselheiro Urbano Vitalino. Seabra Fagundes lembrou seu tempo de estudante na Faculdade de Direito do Recife e recordou episódios e pessoas de sua época de acadêmico de Direito.

Relembrou os velhos professores, como Andrade Bezerra, Barreto Campelo, Metódio Maranhão, Virgínio Marques, Neto Campelo, Joaquim Pimenta, entre outros. Lembrou Otacílio Alecrim como um dos maiores líderes do seu tempo, e Nehemias Gueiros. A palestra de Seabra Fagundes resgatou figuras e episódios distan-

ciados em algumas décadas e que são marcantes na história da Faculdade de Direito do Recife.

O jurista Sérgio Ferraz, presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, falou sobre o ensino jurídico, quando acentuou que a crise do ensino do Direito vem provocando graves problemas sociais porque inexistente um preparo técnico para o advogado. Para ele, as Escolas de Direito vêm desprezando os valores fundamentais da liberdade e do respeito humano.

"A massificação do ensino, permitida pela reforma Passarinho, valorizou a eficiência técnica, a capacidade de manusear os instrumentos legais, em detrimento da formação ética e política do advogado. As Escolas de Direito, nas últimas décadas, foram fábricas de dóceis instrumentos do poder repressor. Dali saíram os advogados competentes que sabiam fazer as leis que nem sempre serviam à liberdade e ao respeito pela dignidade humana", destacou o presidente do IAB.

JORNAL DO ADVOGADO
OAB

ANO XII - Nº 8
AGOSTO/84

CONSELHO

Hélio Mariano
Presidente

Olímpio Costa Júnior

Vice-presidente

Mickel Nicoloff

1º secretário

Jorge da Costa Pinto Neves

2º secretário

Nilton Wanderley de Siqueira

Tesoureiro

Albino Queiroz de Oliveira Júnior

Anamaria Campos Torres

Aurélio Agostinho da Boavagem

Bóris Trindade

Carlos Eduardo Vasconcelos

Everardo da Cunha Luna

Geraldo Azoubel

Leucio Lemos Filho

João Pinheiro Lins

Jóris Valença Cavalcanti

José Paulo Cavalcanti Filho

Luiz Piahyllino de Melo Monteiro

Manoel Alonso Emerenciano

Niete Correia Lima

Paulo Marcelo Wanderley Raposo

Romualdo Marques Costa

Silvio Neves Baptista

Urbano Vitalino Melo Filho

Vaudrilo Leal Guerra Curado

Membros natos

José Cavalcanti Neves

Carlos Martins Moreira

Joaquim C. de Carvalho Júnior

Otávio de Oliveira Lobo

Dorany Sampaio

Delegados do Conselho Federal

Corintho de Arruda Falcão

Silvio Curado

Dorany Sampaio

Editores

Olívio Silveira

Jodeval Duarte

Programação visual

Josias Florêncio

(Quarentinha)

Arte final

Isnaldo Nogueira Xavier

Diagramação, composição
arte-final, fotolitos, impressão

Editora
COMUNICARTE
Produções Jornalísticas

Circulação

A tiragem do Jornal dos Advogados OAB é de 7 mil exemplares e a distribuição abrange todos os advogados inscritos na Ordem. O envio é feito para os endereços profissionais ou residência do destinatário. Se você não o está recebendo, compareça à sede da OAB para atualizar o seu endereço.

O "visto" de advogado em atos ou contratos de sociedades

Mickel Sava Nicoloff

A Lei nº 6.884, de 09 de dezembro de 1980, acrescentou um parágrafo, o 4º, ao artigo 71, da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que vem a ser o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo esse parágrafo a seguinte redação:

"§ 4º - Os atos constitutivos e os estatutos das sociedades civis e comerciais só serão admitidos a registro e arquivamento nas repartições competentes quando visados por advogado".

Logo em seguida, o Departamento Nacional do Registro do Comércio pretendeu que as Juntas Comerciais colocassem à disposição dos seus usuários, para visar atos constitutivos e estatutos das sociedades comerciais, sem remuneração, funcionários que tivessem a condição de advogado.

É claro que a pretensão do Departamento Nacional do Registro do Comércio se fundou na má redação do texto legal. Aos advogados interessava o reconhecimento, pela lei, de que os atos constitutivos e suas alterações e os estatutos das sociedades civis e comerciais eram atos privativos de advogado.

A lei, contudo, numa infeliz redação, determinou que só seriam admitidos a registro e arquivamento os citados atos, quando visados por advogados.

Daí a pretensão esdrúxula do DNRC determinando aos funcionários advogados das Juntas Comerciais que visassem esses atos, transformando o visto num formalismo burocrático.

Atento ao problema, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil baixou o Provimento nº 49, datado de 13 de julho de 1981, in verbis:

"Art. 1º - O visto dos advogados em atos constitutivos e estatutos das sociedades civis e comerciais, indispensável ao registro e arquivamento nas repartições competentes, deve resultar sempre de efetiva autoria ou colaboração do profissional na elaboração dos respectivos ins-

trumentos, incorrendo o infrator nas sanções disciplinares cabíveis, nos termos do artigo 103, inciso VI, e 105 e seguintes da Lei nº 4.215/63.

Art. 2º - Estão impedidos de exercer a advocacia de que trata o § 4º do artigo 71 da Lei nº 4.215/63 os advogados que sejam funcionários ou empregados das Juntas Comerciais ou de quaisquer repartições administrativas competentes para o registro dos documentos mencionados no artigo anterior".

O Provimento 49 como remédio à pretensão do Departamento Nacional do Registro do Comércio foi além da doença, pois enquanto o DNRC quis o visto gratuito e burocrático, o Provimento criou mais um impedimento para o exercício da advocacia em relação a funcionários e empregados das Juntas Comerciais ou de quaisquer repartições administrativas competentes para o registro dos documentos ali mencionados.

O funcionário de Junta Comercial é funcionário estadual da administração direta ou da administração indireta se a Junta tiver a natureza jurídica ou de autarquia. O seu impedimento para advogar é contra a Fazenda Estadual ou as Fazendas Públicas, dependendo da data da sua inscrição na OAB.

Contudo, nunca se entendeu que o simples fato de redigir um contrato de sociedade ou um acordo de acionistas, ou constituir uma Holding ou alterar contratos existentes criasse impedimento para o advogado funcionário de Juntas Comerciais, pelo simples fato desses atos terem de ser ali arquivados.

Tanto isso é verdadeiro que se põe em dúvida a juridicidade do impedimento de um advogado, funcionário da Junta Comercial de São Paulo não poder redigir um contrato para ser arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, ou vice-versa.

Trata-se, evidentemente, de uma limitação às condições de capacidade estabelecidas por lei para o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

De qualquer sorte, com a Lei nº 6.939, de 09 de setembro de 1981, que instituiu o regime sumário de registro e arquivamento no Registro do Comércio retirou-se a exigência daquele visto para os processos de regime sumário. É o que se contém no artigo 3º, § 9º, da citada Lei nº 6.939/81:

"Não se aplica ao regime sumário, previsto neste artigo, o disposto no § 4º, do artigo 71 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que lhe foi acrescentado pela Lei nº 6.884, de 09 de dezembro de 1980".

Isto significa que hoje não é mais exigido o visto de advogado para o registro e arquivamento de atos constitutivos e estatutos de sociedades civis e comerciais, desde que incluídos no regime sumário.

Assim, salvo algumas exceções, o visto do advogado só é exigido atualmente nas hipóteses do artigo 2º da citada Lei nº 6.939, ou seja: para o registro ou arquivamento dos atos de constituição de sociedades anônimas; de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, quando algum sócio for pessoa jurídica; de sociedades mútuas; de transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades mercantis; de liquidação de sociedades mercantis em decorrência de atos extrajudiciais ou de decisões judiciais e de constituição de consórcios.

Nesses casos, as Juntas Comerciais exigem, por força da lei, o visto do advogado, cabendo ao profissional entender, tal como o fez o Provimento 49, citado, que isto significa ter elaborado o ato jurídico. No final, perdeu o advogado porque não logrou o reconhecimento de que é privativo da sua profissão a elaboração dos atos de constituição e das respectivas alterações de sociedades civis e comerciais, e porque foi penalizado o advogado funcionário ou empregado do Registro do Comércio, pela criação de mais um impedimento que, indubitavelmente, padece do vício da inconstitucionalidade.

Convocação para a luta

Saudação do ex-deputado
Fernando Coelho aos novos advogados
e estagiários

Este não é um ato apenas formal. Repetindo-se a cada vez que novos advogados e estagiários ingressam na Ordem, representa, todavia, muito mais que uma simples rotina imposta pela lei. Nada tem a ver com a liturgia das coisas mortas. O compromisso solene que acabais de prestar constitui, sobretudo, uma profissão de fé nos valores que cultuamos e a cujo serviço prometemos dedicar nossas vidas.

A partir de agora, como membros desta Corporação, tudo que a ela diga respeito dirá respeito também a cada um de vós. Daí ser da maior importância, neste contato inicial, fixarmos, ainda que sucintamente, algumas idéias sobre o que é a OAB e sobre o que dela esperamos todos nós, nesses tempos de crise e de transição que estamos vivendo.

Define o Estatuto como atribuição básica da Ordem a seleção, disciplina e defesa da classe dos advogados. Até aí ela poderia ser semelhante a outras entidades criadas por lei, para fiscalizarem o exercício das profissões liberais. Mas o âmbito de sua competência não se esgota nessas tarefas. A exemplo dos sindicatos, cabe-lhe também representar em Juízo ou fora dele os interesses gerais dos advogados e os individuais relacionados com o exercício da profissão. Todavia, também não é a Ordem um mero sindicato. Ela desempenha serviço público federal e é uma instituição auxiliar e complementar dos órgãos judiciais, colaborando por força de imperativo constitucional nos concursos para ingresso na magistratura e participando, através do recrutamento nos seus quadros, da composição dos Tribunais. Suas atribuições, contudo, vão ainda muito mais além. Ao lado de todas essas funções, é seu dever, igualmente, defender a ordem jurídica, pugnar pela boa aplicação das leis, lutar pela rápida administração da Justiça e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas.

Sendo tão largo e diversificado o seu campo de atuação — guardiã da ordem jurídica inclusive contra eventuais agressões pelo Estado — ela não poderia nem está sujeita a qualquer outro órgão ou entidade pública ou privada. Não deve subordinação a ninguém e seus atos são susceptíveis, unicamente, no plano da legalidade, do controle judicial.

Criada em 1930, mas representando uma antiga aspiração da classe, desde a fundação do Instituto dos Advogados em 1843, a OAB, ao longo de todos esses anos, tem escrito uma história que hoje já se confunde com a própria história deste país, sobretudo nos períodos mais agudos de restrições aos direitos individuais e de compressão das

liberdades públicas. Para não ir mais longe, bastaria lembrar nestas duas últimas décadas, a sua extraordinária participação na resistência democrática do povo brasileiro, liderando a sociedade civil contra o arbítrio institucionalizado, quando todos os condutos normais de atuação política se encontravam obstruídos pela mais violenta repressão.

Em vão pretendeu o Governo manietá-la ao Ministério do Trabalho. A inconformação dos que a queriam dócil e subserviente chegou ao desespero do atentado terrorista que vitimou, na sede do Conselho Federal, d. Lyda Monteiro da Silva. Ainda recentemente, não obteve explicação o incêndio atado na Seccional de Brasília. Mas nada conseguiu dobrar a firmeza da Ordem no cumprimento de suas atribuições legais e no desempenho de uma função pública, da qual nunca esta Corporação se demitiu.

Em um outro plano, de relevante interesse social porém mais diretamente vinculado ao exercício da advocacia, caberia lembrar também a luta desenvolvida pela OAB em torno da implantação do Exame de Ordem e da moralização do Estágio Profissional. Não tendo sido ainda vitoriosa, nos termos desejáveis, o problema que a justificou continua representando um desafio, que urge vencer no interesse da classe, da administração da Justiça e da própria sociedade.

Se passagens como essas — entre tantas outras que poderiam ser mencionadas — servem para exemplificar a importância e a amplitude do papel que a OAB vem desempenhando desde a sua criação, nem por isso tornam menores nem apeguem as tarefas de rotina que ela executa e que, muitas vezes, geram incompreensões tanto dos que a desejam transformada em um Partido Político — o que ela não é — como dos que a querem reduzida a um mero órgão de assistência, indiferente aos problemas institucionais — o que ela não pode ser, até pela obrigação que lhe incumbe de assegurar aos advogados as garantias indispensáveis ao exercício da profissão.

Este acervo de lutas e de experiências — sedimentado em mais de cinquenta anos — é que permite possamos cobrar, hoje, da Ordem, uma abertura maior também para outros problemas, que tocam também diretamente à quase totalidade dos advogados. Pelo seu passado e pelo seu presente, ela não se pode deixar estratificar, presa à circunscrições que não são imóveis e que, por isso mesmo, exigem permanentes e imprescindíveis adaptações.

Já não vivemos nos anos 30 — quando a OAB foi criada — nem no início da década de 60 —



quando entrou em vigor o atual Estatuto. Os tempos mudaram. O perfil econômico da sociedade brasileira é outro. A realidade se transformou.

O advogado, hoje, não é somente o profissional liberal de antes. Como outros profissionais de nível superior, ele passou a ser também — e em contingentes cada vez maiores — o assalariado que exerce sua função sob vínculo empregatício e que enfrenta todas as dificuldades de um mercado de trabalho estreitado, inclusive, pelas notórias deficiências de funcionamento dos serviços forenses. Que necessita igualmente de instrumentos de defesa mais eficazes na chamada advocacia de partido e na sua relação de emprego e que nada justifica, por exemplo — como já ocorre com tantas outras profissões — não tenha ainda sequer uma legislação garantidora do seu salário mínimo profissional. Muito mais numerosos que os antigos advogados — que na sua maioria, por méritos pessoais e pela posição que conquistaram, monopolizam o patrocínio das grandes causas — são os jovens advogados, que vivem o drama de manterem aberto um escritório deficitário, sem conseguirem movimentar com a celeridade desejável os seus processos, ou à procura de um emprego cada vez mais difícil, nesta fase de recessão que estamos atravessando. Obrigados a se desviarem, muitas vezes, da profissão para a qual se sentiam vocacionados, por absoluta falta de oportunidades de trabalho.

Não é que os conflitos exigindo intervenção do advogado tenham diminuído. Nunca, provavelmente, proliferaram tanto como agora. A concentração da riqueza e da renda, a maior complexidade das relações econômicas, o emaranhado em que se tornou a legislação, afora outros tantos fatores de violações de direitos, indicariam, ao contrário, uma larga ampliação do mercado de trabalho — não fosse a precariedade com que funciona o Judiciário e até mesmo a insuficiente definição dos atos privativos de advogados, permitindo a concorrência de leigos, sem qualquer formação especializada, em um vasto campo de atividades de natureza técnico-jurídica.

Por haver convivido com esses problemas durante mais de vinte anos de exercício da advocacia, no magistério universitário e em muitos mandatos neste Conselho, é que tanto me bati na Câmara dos Deputados por uma nova regulamentação dos atos privativos dos advogados, pela aprovação do salário mínimo profissional, pela

aplicação obrigatória do princípio da sucumbência nas causas trabalhistas e por outras tantas medidas efetivas em defesa da classe e para a ampliação do seu mercado de trabalho.

Hoje, mais do que nunca, entendendo que essas lutas devem ser encampadas pela Ordem, porque representam reivindicações legítimas da maioria — que a ela, sobretudo, incumbe patrocinar.

Muitas coisas há a mudar e que podem ser mudadas. Pioneira tantas vezes, a OAB de Pernambuco tem todas condições para influir, inclusive sensibilizando o Conselho Federal, no sentido dessas mudanças.

Sei das dificuldades que terei de enfrentar. Sei o que tem custado ao presidente Hélio Mariano, por exemplo, a criação de uma simples Caixa de Assistência — sujeita a disciplina de um Decreto-lei anacrônico — ou, até, levar a bom termo iniciativas de menor porte. As vitórias já obtidas, todavia, representam um estímulo para que possamos vencer também os novos desafios.

Acredito na força da OAB e tenho plena consciência de que ela será tanto mais forte quando nela venha a se integrar, mais e mais, a maioria dos advogados. Nesse sentido deve ser orientado todo o nosso esforço, inclusive para que seja alterado o Estatuto, de forma a permitir uma maior abertura da entidade e uma permanente participação dos advogados em suas atividades. A Ordem não pode ser unicamente o seu Conselho, nem um órgão apenas de cúpula. Daí, inclusive, a necessidade, entre outras, de modificar o sistema de escolha de sua Diretoria que nada justifica não seja através do processo mais democrático das eleições diretas — pelas quais, e com tão fundadas razões, a OAB tanto se vem empenhando, em todos os níveis de Governo e, particularmente com vistas à indicação do próximo Presidente da República.

Já me alonguei demais. Outros problemas mereceriam também ser abordados, pela sua relevância. Quis deixar claro, no entanto, que ingressando na Ordem, não podeis cruzar os braços, diante de uma luta encerrada. Nossa convocação é para uma luta que continua. Que é também de cada um de vós. Que é desta Corporação. Que é da sociedade brasileira. Que é a luta de todos que acreditam no Direito como ordenação da Liberdade e que se sentem comprometidos com a construção de um mundo mais justo, mais fraterno e mais solidário.

Sede bem-vindos e sede felizes!

CAPÍTULO I

Do objetivo e da organização

Art. 1º — O Tribunal de Ética Profissional, instituído pelo art. 82 do Decreto nº 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, combinado com o art. 148 do Regimento Interno do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Estado de Pernambuco, aqui denominado Tribunal, é órgão auxiliar do referido Conselho e tem por objetivo orientar e aconselhar sobre matéria de ética profissional os inscritos na Ordem.

Art. 2º — O Tribunal compõe-se de cinco membros, eleitos na sessão de instalação do Conselho Seccional, por maioria absoluta de votos, dentre advogados inscritos na Seção, com mais de quinze anos de formatura, que não sejam conselheiros da Ordem, possuam notável saber e reputação exemplar.

Art. 3º — O Presidente será um dos membros do Tribunal, eleito por maioria absoluta dos votos de seus pares, na primeira sessão do biênio administrativo.

Parágrafo único — Servirá como Secretário um membro do Tribunal, designado pelo Presidente.

Art. 4º — O mandato dos membros do Tribunal é de dois anos, a contar da data da instalação do Conselho Seccional, permitida a reeleição.

CAPÍTULO II

Da competência

Art. 5º — Compete ao Tribunal:

I - julgar as justificações dos membros da Ordem relativas a imputações, procedimentos ou atitudes suscetíveis de censura, quando não constituírem falta disciplinar prevista em lei;

II - orientar e aconselhar os

inscritos na Ordem, nos casos concretos de ética profissional atinentes ao exercício da advocacia, quando submetidos à sua apreciação;

III - opinar quanto à procedência ou improcedência de acusação a membro da Ordem, relativamente a questões de ética profissional, quando provocado pelo Conselho Seccional;

IV - responder a consultas do Conselho Seccional e de membros da Ordem, em matéria de deontologia profissional;

V - tomar assentos sobre matéria de ética profissional em que houver proferido decisões, deles remetendo cópia ao Conselho Seccional;

VI - expedir provimentos sobre o modo de proceder ético do advogado, em casos não previstos em regulamentos e costumes do foro;

VII - deliberar, em cada caso, sobre a publicação de suas decisões;

VIII - promover estudos, encontros, cursos, seminários, publicações e outros meios de divulgação da ética profissional.

CAPÍTULO III

Das sessões e da ordem dos trabalhos

Art. 6º — O Tribunal reunir-se-á ordinariamente na última quinta-feira útil de cada mês, com a presença da maioria absoluta de seus membros e decidirá pelo voto da maioria dos presentes, ressalvados os casos especiais previstos neste Regimento.

Art. 7º — O Tribunal poderá reunir-se extraordinariamente sempre que assim en-

tender a maioria absoluta de seus membros ou por convocação do Presidente.

Art. 8º — As sessões ordinárias constarão de três partes:

I - a primeira, destinada ao expediente, para leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior, assinatura de acórdãos, provimentos e assentos, apresentação e votação de indicações, moções, requerimentos, pedidos de informação e de outros documentos de que o Tribunal deva conhecer;

II - a segunda, reservada ao exame e decisão da matéria constante da Ordem do Dia;

III - a terceira, para manifestações de ordem pessoal relativas a assuntos pertinentes ao Tribunal.

Art. 9º — As sessões extraordinárias serão destinadas exclusivamente à apreciação das matérias constantes de sua convocação.

CAPÍTULO IV

Do processo e das decisões

Art. 10 — A matéria sobre que deva o Tribunal conhecer e decidir será distribuída pelo Presidente a um Relator, observadas a ordem de entrada no serviço de protocolo e a antiguidade de inscrição dos membros do Tribunal na Seccional da Ordem.

§ 1º — O Presidente e o Secretário concorrerão com os demais membros do Tribunal na distribuição dos processos e nas decisões do plenário, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

§ 2º — O Relator declarará-se impedido nos casos pre-

vistos na lei processual.

Art. 11 — O Relator, de ofício, durante a instrução do processo, promoverá diligências necessárias, facultando a produção de prova juntada de documentos de apresentação de requerimento concedendo-lhes prazo não superior a dez dias úteis.

Art. 12 — Encerrada a instrução, o Relator, em prazo de dez dias úteis, apresentará autos o seu relatório, o qual será lido e discutido pelo Presidente, o qual encerrará a matéria.

Parágrafo único — O prazo de que trata este artigo poderá ser prorrogado, a juízo do Presidente.

Art. 13 — Nada para a deliberação, o Relator apresentará a decisão oral do processo, esclarecendo os pontos pelos demais membros do Tribunal e, em seguida, por escrito o seu voto conclusivo e fundado.

Art. 14 — Colocados os autos em pauta, pelo critério de antiguidade de inscrição na Seccional, o Presidente proclamará o resultado e determinará que lavre o acórdão, assinado pelos presentes.

Parágrafo único — O Relator, ao proferir o seu voto, deverá assinar o acórdão.

Art. 15 — O conhecimento das decisões caberá ao Conselho Seccional.

Tribunal dará
das suas deci-
ho Seccional.

Art. 21 — Suscitado o conflito pelo Conselho Seccional, o Presidente do Tribunal dará

1 - assistir às sessões, se-

Recife, 22 de dezembro de 1983.

O Provimento 53 e a decisão do STF sobre o M.P.

O Conselho Federal informa que, no processo nº 2.927/84, o Conselho Pleno da OAB tomou a decisão de aprovar, por unanimidade, o voto do relator, reafirmando a vigência do Provimento 53, por não ter efeito normativo recente decisão do STF a respeito.

Tal processo originou-se de consulta formulada pelo presidente da OAB-RN, a propósito da decisão do Supremo, no recurso extraordinário 99.954, de dezembro de 83, onde, pelo voto unânime da 2ª Turma sendo relator o ministro Francisco Rezek, prevaleceu ponto de vista contrário ao referido Provimento da Ordem, que resguarda o direito adquirido dos membros do MP estadual registrados na Ordem, como advogados, antes da promulgação da Lei Complementar nº 40/81, que em seu art. 24, II, veda "aos membros do Ministério Público dos Estados (...) o exercício da advocacia". O recurso não conhecido, por sua vez, trazia à discussão julgamento do TJ do Estado de Sergipe, onde havia sido determinada diligência "para que o apelado apresentasse suas contra-razões através de procurador legalmente desimpedido", pois o que vinha funcionando era membro do MP estadual.

Nas palavras do relator da matéria, na 2ª Turma do STF, o conhecimento implicaria

"admitir a quebra do preceito constitucional tocante ao direito adquirido", o que no seu entender, não tinha ocorrido.

Em justificação, argumentou S. Exa. que "direitos adquiridos", como os vem entendendo esta Casa, não podem ter como objeto o regime jurídico de um servidor do Estado, sujeito a estatuto especial. É notório que, no prelo da Lei Complementar 40, aventou-se a inclusão de norma que preservasse a advocacia dos Promotores até então consagrados, parcialmente, a seu exercício. Semelhante dispositivo, entretanto, não vingou. Resultou clara, no texto, a proibição da advocacia, que não se pode ignorar em nome da circunstância de haverem os Promotores, em certos Estados, iniciado a carreira em tempo de cumulação permitida. Não há direito adquirido à continuidade da situação funcional que a Lei Complementar expressamente proscreveu".

Ao receber a consulta formulada pela OAB-RN, o presidente Mário Sérgio Duarte Garcia, designando relator o conselheiro Victor Nunes Leal, mandou telex ao presidente Moacyr Porto, dizendo que "vige o Provimento 53, a despeito da recente decisão do STF, devendo a hipótese ser objeto de próxima apreciação da matéria, em vista da referida decisão".

Em seu relatório, o ministro Victor Nunes lembrou que a expedição de provimento fora proposta ao Conselho Federal pelo conselheiro Humberto Telles, fundada em longo trabalho apresentado à Seccional do Rio de Janeiro, em 1981, pelo então conselheiro, hoje presidente Hélio Saboya. No Conselho Federal, o relator foi Sérgio Ferraz, que apresentou minucioso estudo, concluindo com a proposta que se converteu no Provimento 53, em cuja redação incorporou a emenda substitutiva do conselheiro Celso Medeiros. Outros estudos foram apresentados, na mesma ocasião, pelo conselheiro José Júlio Cavalcanti de Carvalho, em favor do direito adquirido dos membros do MP, e pelo conselheiro Serrano Neves, que foi voto vencido, em companhia do membro nato José Ribeiro de Castro Filho, e das delegações de Pernambuco, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal.

Victor Nunes, em seu voto, dispensou-se de resumir o prolongado debate que a questão suscitou, durante a sessão do Conselho Federal que, em 1º de abril de 1982, foi adotado o Provimento 53. Considerando o tema complexo e, naturalmente, sujeito a divergências, ele disse não se tratar, na assembléa, de rever aquela deli-

beração, mas tão somente considera a consulta formulada pela Seccional rio-grandense do norte.

— Cumpre discutir é se a decisão do STF tem, por si mesma, o efeito de desconstituir o nosso Provimento, ou se devemos recebê-la com o valor de precedente judiciário, sem dúvida do mais alto merecimento, mas que não se refere especificamente a um pleito sobre a validade do nosso Provimento. Parece-me, pois, que este sobrevive, até que seja diretamente posto em causa perante a Justiça.

Certamente considerou Victor Nunes, "deverá este Conselho preparar-se para um exame da matéria de fundo, na oportunidade própria, porque o precedente que estamos considerando, por sua autoridade intrínseca, é um convite a ulteriores decisões no mesmo sentido".

E, embora frisando não ser esta a conclusão de seu voto, o ministro Nunes Leal ainda eventou a possibilidade de, com vistas a abreviar a solução final do debate, fazer a OAB uma solicitação ao Procurador Geral da República, para que este submetesse ao plenário do STF representação interpretativa, cuja titularidade, no entendimento dominante, pertence exclusivamente a S. Exa.

O STF e a habilitação profissional

A 2ª Turma do STF, no julgamento do habeas corpus nº 61.081, indeferiu pedido de advogado que, tendo cometido erros reiterados, fora suspenso por inépcia, até que novas provas de habilitação sejam prestadas na OAB-SP. Ele tinha inscrição originária em São Paulo, datando a suspensão do exercício profissional de 1977. Três anos mais tarde, em Mato Grosso, obteve nova inscri-

ção, voltando à advocacia no foro paulista.

Sustentando que a pena acarreta interdição em todo o território nacional, a Seccional paulista pediu instauração de processo crime contra o bacharel, sob a alegação de estar ele incurso no art. 47, da Lei de Contravenções Penais. Solicitado o H.C. foi o mesmo denegado pelo Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. Inconforma-

do, o advogado interpôs recurso ordinário ao Supremo, onde alegou a inconstitucionalidade do ato e a prescrição da pena, dizendo-se ainda vítima de perseguição.

O relator, ministro Alfredo Buzaid, e seus colegas de Turma, todavia, não enxergaram o constrangimento ou coação ilegal, eis que, conforme o texto, do acórdão unânime, reconheceram a vigência da

pena, "até que o advogado preste novas provas de habilitação (Lei nº 4.215/63, art. 109, IV)" bem como sua abrangência, ao reafirmar a exatidão do art. 113, da lei citada (interdição para todo o território nacional). Assim, negado provimento ao recurso, resta ao advogado a possibilidade de reabilitação profissional, caso venha a ser aprovado em novo exame de Ordem. Vale o exemplo.

JURISPRUDÊNCIA

Licença de localização - escritório de advocacia

Exigência de taxa de licença de localização, anualmente. Sua ilegitimidade. Tranquilizou-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nesse sentido. Precedentes. Recurso extraordinário não conhecido.

STF-RE-98.967-6/RJ - Ac. 14. T.12.9.83

- Rel. Min. Néri da Silveira

Recorrente: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro

Recorridos: Davi Moreira Ferreira e outros

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata de julgamento e notas taquigráficas, à unanimidade, não conhecer do recurso extraordinário.

Brasília, 12 de setembro de 1983. - Soares Muñoz, Presidente

- Néri da Silveira, Relator.

Relatório - O Senhor Ministro Néri da Silveira (Relator) - Denegada a segurança, nos termos da sentença de fls. 40/46, aos advogados Davi Moreira Ferreira, Paulo Octávio Babo e Jonas de Almeida - este último na qualidade de litisconsorte (fls. 14) - todos com escritório no Rio de Janeiro, os quais queriam se ver livres do pagamento da taxa de licença para localização, exigida pelo Diretor do Distrito de Fiscalização do Município do Rio de Janeiro, a Segunda Câmara Cível do 1º Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro deu provimento ao apelo dos impetrantes, para conceder o writ, unanimemente, em acórdão assim ementado (fls. 88):

"Taxa. Licença de localização. Ilegalidade. A cobrança de renovação de taxa de licença de localização não tem respaldo legal, em face do disposto nos arts. 77 e 78 do CTN e do § 2º do art. 18, da Constituição Federal. Provimento do apelo".

Inconformado, o Município do Rio de Janeiro interpôs o presente recurso extraordinário, com apoios nas alíneas "a" e "d" do permissivo constitucional, alegando que o aresto recorrido negou vigência aos arts. 77 e 78, do Código Tributário Nacional, contrariou o art. 18, § 2º, da Constituição Federal, além de se apresentar em discrepância com a jurisprudência desta Corte (fls. 93/95).

Entendendo amparada a pretensão do recorrente, a ilustre Juíza Presidente do Primeiro Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro, em exercício, deferiu o processamento do apelo excepcional, ao

argumento de que é possível a cobrança da mencionada taxa, por não se confundir a atividade fiscalizadora da Municipalidade, referente às condições de licenciamento do estabelecimento, com a ação fiscalizadora da Ordem dos Advogados do Brasil, relacionada com o exercício da profissão (fls. 111/112).

Razões do recorrente às fls. 116, reportando-se aos argumentos expendidos na petição de recurso extraordinário, apresentando os recorridos as contra-razões de fls. 118/121.

Manifestou-se a douta Procuradoria Geral da República, às fls. 125/126, no sentido do não conhecimento do apelo extremo.

É o relatório.

Voto - O Senhor Ministro Néri da Silveira (Relator) - Acerca do mérito da controvérsia posta no recurso, tive ensejo de observar, no despacho exarado no Agravo

nº 91.233-9/RJ, em que agravante a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro:

"4. Ademais, no julgamento de hipótese semelhante, no RE-89.451/SP, pela Segunda Turma desta Corte, o Relator, Ministro Cordeiro Guerra, anotou, em voto: "Tranquilizou-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido da decisão recorrida - RTJ 70/553; RTJ 67/881; RTJ 72/642; RTJ 71/515; RTJ 75/200, e, ainda, recentemente, RE-85.338/SP e RE-87.186/SP. Por conseguinte, não conheço do recurso - Súmula nº 286" (in RTJ 87/711). Também, no RE-90.989 (Primeira Turma)."

No mesmo sentido, a Segunda Turma, no RE-85.338, Relator o eminente Ministro Xavier de Albuquerque.

No RE-90.989-3/RJ, esta Tur-

ma, Relator o Senhor Ministro Soares Muñoz, decidiu, em acórdão, com esta ementa:

"Taxa de renovação de licença para funcionamento de escritório de advogado. Não incidência. Recurso extraordinário conhecido e provido".

Em seu douto voto, anotou o ilustre Relator:

"A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tranquilizou-se no sentido de que não incide a taxa de licença de localização sobre o escritório de advogado (RTJ 87/711). Na espécie, a taxa é de renovação de licença. Os princípios, porém, são comuns às duas taxas, quanto à não incidência nos escritórios de advocacia".

Anotou, dessarte, com inteira procedência, a douta Procuradoria Geral da República, às fls. 126:

"Já se manifestou esta Corte no sentido de que é ilegítima a cobrança anual da taxa de licença para localização e funcionamento: RE-93.048-5/SP. Rel. Min. Rafael Mayer, publ. no DJ de 14-8-82, pág. 7.716 e RE 94.493-1/MG, Rel. Min. Djaci Falcão, publ. no DJ de 8-10-82, pág. 10.189.

A decisão trazida a confronto, além de estar superada por outras recentes, que citei, não atende às exigências do art. 322 do RISTF ou do verbete da Súmula nº 291".

Do exposto, não conheço do recurso extraordinário.

EXTRATO DA ATA

RE-99.967-6/RJ - Rel. Min. Néri da Silveira. Recte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. (Adv.: Roberto Saraiva Ribeiro). Recdos.: Davi Moreira Ferreira e outros. (Adv.: Davi Moreira Ferreira).

Decisão: Não se conheceu do recurso extraordinário. Decisão unânime. - 1ª Turma, 12-9-83.

Presidência do Senhor Ministro Soares Muñoz. Presentes à sessão os Senhores Ministros, Rafael Mayer, Néri da Silveira, Alfredo Buzaid e Oscar Corrêa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Toledo. - Antônio Carlos de Azevedo Braga, Secretário.

OAB saúda novo Juiz do TRT

O advogado João Barbosa de Araújo saudou o juiz Edgar Lacerda, recém-empossado no Tribunal Regional do Trabalho, em nome da OAB, lembrando a trajetória de um ex-advogado "que integrou o quadro de advogados da OAB durante mais de 18 anos com impecável conduta profissional, depois Juiz-Presidente de Junta e, já agora, Juiz desta colenda Corte".

"Quem atua no foro trabalhista - destacou João Barbosa de Araújo - é testemunha do desvelo, do interesse, do esforço, da dedicação, da paciência, do entusiasmo e da vibração com que o dr. Edgar Lacerda por muitos anos presidiu a 5ª Junta". O Dr. Edgar Lacerda substituiu ao Juiz Sá Pereira, também homenageado pela OAB.

O representante da OAB chamou atenção para o papel do Juiz hoje, especialmente o Juiz do Trabalho, que tem de ver o homem como a meta-síntese do Direito. "Tratando-se da Justiça do Trabalho - ressaltou João Barbosa - a necessidade de o Juiz ser dotado dessa sensibilidade, relação ao trabalhador, é tanto maior se se atenta para a procedência da observação do advogado Seabra Fagundes, ex-presidente do Conselho Federal da OAB, quando disse que a Justiça do Trabalho é o único ramo do Poder Judiciário que realmente o povo procura".



Os advogados e a democratização

Paga menos quem se inscrever até 14 de setembro para a X Conferência Nacional da OAB, que vai ser realizada no Centro de Convenções de Pernambuco, de 30 de setembro a 4 de outubro. Em Pernambuco, as inscrições são feitas na sede da Seccional da OAB, na rua do Imperador. Advogados pagam Cr\$ 30.000,00 e universitários Cr\$ 15.000,00. Depois de 14 de setembro, as inscrições passam a Cr\$ 40.000,00, e Cr\$ 20.000,00.

Nos dias que antecederem imediatamente a Conferência, as inscrições de participantes de outros Estados poderão ser efetuadas no Recife, na sede da OAB. Na ocasião da Conferência, os interessados podem se inscrever no Centro de Convenções. São os seguintes os temas das conferências e dos painéis da X Conferência Nacional da OAB:

I. TEMAS DAS CONFERÊNCIAS

1. SOCIEDADE CIVIL E ESTADO
2. DEMOCRATIZAÇÃO E SEGURANÇA NACIONAL
3. DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
4. HIPERTROFIA DO PODER EXECUTIVO E CONTROLE DEMOCRÁTICO.
5. DEMOCRATIZAÇÃO E DOGMATISMO JURÍDICO.
6. TEMÁTICA DA FAMÍLIA MODERNA.
7. DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER: FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO.
8. PODER, AUTORITARISMO E OPRESSÃO.
9. DEMOCRATIZAÇÃO E MINORIAS.
10. CONTROLE LEGISLATIVO DOS ATOS INTERNACIONAIS.
11. CONDICIONAMENTO INTERNACIONAL DA DEMOCRATIZAÇÃO
12. DEMOCRATIZAÇÃO E PARTIDOS POLÍTICOS.
13. VIOLÊNCIA, CRIME E REPRESSÃO PENAL.
14. INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS DE COMBATE À CORRUPÇÃO.
15. O NORDESTE: PROBLEMA NACIONAL.
16. CONTRIBUIÇÕES AO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO.
17. CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E CONSTITUIÇÃO POLÍTICA NA DEMOCRACIA PLURALISTA.
18. DA SUJEIÇÃO DOS ATOS INTERNACIONAIS AO DIREITO POSITIVO INTERNO COMO SUPOSTO DO CONTROLE DEMOCRÁTICO. (AS NEGOCIAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA).

II. TEMAS E SUBTEMAS DOS PAINÉIS

1. DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER.
 - 1.1. Autonomia dos Estados. Planejamento nacional. Planejamento Regional.
 - 1.2. Desequilíbrios regionais e reforma tributária.
 - 1.3. Sudene: experiência e perspectiva.
2. DEMOCRATIZAÇÃO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA
 - 2.1. Estatuto da terra.
 - 2.2. Posse e ocupação da terra.
 - 2.3. Trabalhador rural: organização e defesa.
3. A QUESTÃO URBANA.
 - 3.1. Acesso à propriedade urbana. O sistema financeiro de habitação.

- 3.2. A "invasão" de áreas urbanas. Mecanismos de regularização.
- 3.3. Disciplina do uso do solo urbano.
4. SINDICALISMO E POLÍTICA SALARIAL.
 - 4.1. Unidade e pluralidade sindical.
 - 4.2. Negociação coletiva e política econômica.
 - 4.3. Justiça do trabalho e reformas alternativas.
5. DEMOCRATIZAÇÃO E ECONOMIA NACIONAL.
 - 5.1. Distribuição da renda.
 - 5.2. Dívida externa e dívida interna.
 - 5.3. Organização democrática de empresa.
6. EDUCAÇÃO E CULTURA.
 - 6.1. Universidade e realidade brasileira.
 - 6.2. Cultura nacional e democratização.
 - 6.3. Direito à educação e recursos financeiros.
7. DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA
 - 7.1. Acesso à justiça. Assistência judiciária.
 - 7.2. Modernização do Poder Judiciário.
 - 7.3. Atuação do Ministério Público.
8. A SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO.
 - 8.1. Ação política das entidades civis.
 - 8.2. Participação da comunidade no processo legislativo.
 - 8.3. Participação da comunidade na ação administrativa.
9. PROTEÇÃO AO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DO ADVOGADO.
 - 9.1. Defesa contra a violência e o abuso do poder.
 - 9.2. Prerrogativas do advogado e poder judiciário.
 - 9.3. Previdência e assistência.
10. ADVOGADO-EMPREGADO.
 - 10.1. Remuneração mínima e jornada de trabalho.
 - 10.2. Honorários contratuais e de sucumbência.
 - 10.3. Ética e independência técnica.
11. CONDUTA PROFISSIONAL DO ADVOGADO.
 - 11.1. Problemas éticos da advocacia: massificação, credibilidade e prestígio da profissão.
 - 11.2. Reformulação dos processos seletivo e disciplinar.
 - 11.3. Modernização da OAB.

Hélio Mariano instala Subseção de Salgueiro

Foi instalada em Salgueiro, no Sertão de Pernambuco, a quinta Subseção da OAB no Estado. A instalação e posse da primeira Diretoria foi no dia 4 de agosto, com a participação do presidente Hélio Mariano e diversos conselheiros.

A primeira Diretoria ficou constituída por José Esmeraldo Sampaio Brito, presidente; Péricles Roza Soares, vice-presidente; Wilson Silva e Santos, secretá-

rio; e Fernando José Azevedo Silva, tesoureiro.

A mesa da sessão de instalação da Subseção foi composta pelo presidente da Seccional, Hélio Mariano; presidente do Instituto dos Advogados de Pernambuco, Urbano Vitalino; presidente e secretário da primeira Diretoria: Jório Valença, coordenador das Subseções; Juiz da Comarca, Fernando Cerqueira; e o prefeito de Verdejantes.

Também participaram da

solenidade os conselheiros José Paulo Cavalcanti Filho, Paulo Marcelo Raposo, Carlos Eduardo Vasconcelos, Niete Correia Lima, ex-deputado Fernando Coelho e advogada Zilda Rezende Duque.

A primeira Subseção em Pernambuco foi criada e instalada em Caruaru, em 1960, na gestão José Cavalcanti Neves. Depois foi a vez de Garanhuns, em 1973, na gestão Joaquim Correia de

Carvalho Júnior. Em 1981, tendo Dorany Sampaio na presidência, foi criada a Subseção de Petrolina, que seria instalada no ano seguinte.

No mesmo ano, 1982, ainda tendo como presidente Dorany Sampaio, a Seccional de Pernambuco criou a Subseção de Palmares, instalada em 1983, na gestão de Hélio Mariano. Por último, vem a Subseção de Salgueiro, aprovada em março e instalada neste mês.